

CARAVANA

# Um alerta às ameaças fitossanitárias

FOTO ALESSANDRA PASINATO



Informações foram repassadas aos produtores durante a Caravana Embrapa

Com foco no controle da lagarta Helicoverpa armigera, entidades tem se mobilizado e promovido uma caravana de alerta aos produtores, com relação ao manejo da praga que vem tirando o sono do homem do campo

A preocupação acerca da nova praga que vem alarmando os agricultores de todo o Brasil é tema de um trabalho que vem sendo realizado em todo o Estado. É a Caravana Embrapa de Alerta às Ameaças Fitossanitárias, com foco no controle da lagarta Helicoverpa armigera, que contou com um roteiro de palestras de 9 a 13 de dezembro em cinco regiões do Rio Grande do Sul. A iniciativa visa alertar os produtores quanto ao combate da praga e também ao manejo correto, evitando danos na lavoura. Para o pesquisador da Embrapa Trigo, Paulo Pereira, é preciso desmistificar o problema e enfrentar sem entrar em pânico. "Não há necessidade

de pânico, nem de aplicações. Há o momento adequando e a necessidade de que o produtor entenda isso: é pesquisa, é o produtor, extensão rural, cooperativas, todos trabalhando em conjunto e, no momento certo, efetuadas as ações para que a praga não aumente de tamanho", avalia ele.

De acordo com Pereira, a praga está no Estado, mas a presença não quer dizer que ela está causando danos. "Vemos tentativas errôneas de controle e isso pode prejudicar ainda

mais. Quem tem necessidade de informação, deve entrar em contato com as entidades. É preciso calma e não entrar com medidas preventivas e nem de desespero, contactando sempre a assistência técnica", orienta, explicando que tem muitos insetos que atacam as culturas e a Helicoverpa armigera é mais um inseto que precisa ser melhor estudado. "Temos que elucidar informações, fazer o manejo integrado de pragas e o monitoramento constante da lavoura", conclui.

### Informação

Segundo o engenheiro agrônomo e técnico da Emater, Alencar Rugeri, é preciso difundir as tecnologias que são geradas pela pesquisa. "Só podemos ter ação eficiente se temos conhecimento. O agricultor tem soluções simplistas que muitas vezes pode agravar o problema. É preciso tranquilidade, pois tem estratégias de controle e é preciso buscar informação", afirma. Para a identificação da lagarta, é fundamental a presença de um técnico e o mais importante é o monitoramento diário da lavoura. "O agricultor precisa ter o acompanhamento da evolução. O tratamento pode ser feito com o uso de produtos biológicos e fisiológicos para que não possamos dar oportunidade para que ela se torne dominadora da área e que tenhamos um ambiente equilibrado", finaliza.

## Ambiente Agro

Claud Goellner  
Presidente dos Comitês de Gerenciamento da Bacia hidrográfica do Rio Passo Fundo e do Rio Alto Jacu



### Aspectos conceituais sobre a cobrança pelo uso da água no Brasil

O tema da cobrança pelo uso dos recursos hídricos tem sido discutido com muita frequência e acirrado ânimo no Brasil. De outro lado, são inúmeros os trabalhos que indicam variadas metodologias para se chegar a níveis de preços que possam ser tomados como referência para a negociação. Até poucos anos a água era considerada um bem livre, fruto da presumida abundância deste recurso natural, mas o uso intenso pelo aumento populacional e pela atividade econômica gerou escassez e levou a água a adquirir características de bem econômico, ao qual se pode atribuir um preço, sendo este o fundamento mais importante para a cobrança. Este fato deve levar também a uma política de cobrança que privilegie o critério de eficiência econômica nas suas três abordagens: a da eficiência técnica que assegura que o recurso disponível seja usado de forma maximizada ou otimizada; o da eficiência alocativa que garanta uma alocação do recurso entre várias unidades produtivas e para um dado nível de produção com uma determinada estrutura de preços e, uma eficiência de escala que aperfeiçoe a produção para um determinado nível de preço relativo.

Apesar de controvérsias sobre a natureza jurídica da cobrança, é importante considerar que o preço a ser cobrado pelo uso dos recursos hídricos é do tipo público, porquanto se trata de um bem público de uso comum de todos. Ainda há outros que entendam se tratar de um preço semipúblico pelo fato de não haver, no seu estabelecimento, uma definição unilateral dada pelo poder público, pois o preço a ser cobrado deve ser estabelecido a partir de uma negociação no âmbito de cada comitê e depois homologado pelos Conselhos Superiores no Sistema Estadual e/ou Nacional de Recursos Hídricos. Independentemente disto, não pode ser confundido como um imposto, mas sob o aspecto do direito administrativo é uma taxa a ser paga pelo uso de um bem público.

O principal efeito da cobrança é induzir os usuários a uma postura de racionalidade em sua decisão de usar a água. A otimização do uso da água é uma tarefa complexa e de grande dificuldade na prática, mas é necessário, devido à tendência crescente e constante de aumento na pressão e na concorrência pelos usos, efeito direto da atividade econômica. Esta situação exige de forma inapelável usos mais eficientes, ou seja, índices de produtividade mais elevados no uso desta água. A cobrança representa juntamente com a outorga um dos chamados instrumentos de gestão dos recursos hídricos, introduzidos pela Lei 9.433/97 e constituem-se num binômio, pois existe um caráter indissociável entre ambos, uma vez que somente podem ser cobrados àqueles usos passíveis de outorga.

Quanto à definição e estabelecimento dos preços a serem cobrados, estudos técnicos devem ser conduzidos no âmbito da bacia hidrográfica, e propostos para a discussão e aprovação pelos respectivos comitês (Lei 9.433/97, artigo 43, inciso XI, alínea "a"), que sinalizam os critérios gerais para a cobrança no próprio plano de bacia hidrográfica. Após a negociação no âmbito do comitê, os valores aprovados são encaminhados para homologação no Conselho de Recursos Hídricos. De outro modo, deve ser destacado, que somente a cobrança não irá resolver os problemas de uso e de qualidade, devendo ser acompanhada de um eficiente sistema de planejamento e gestão, que defina metas de intervenção realizáveis e com base na capacidade de suporte da bacia hidrográfica e onde o potencial de arrecadação represente uma contrapartida para os investimentos de longo prazo que se farão necessários. Ou seja, a cobrança não é um fim e sim o começo, não é uma meta, mas sim um dos meios necessários para a gestão integrada dos recursos hídricos.



Artigos p/ Caça e Pesca,  
Camping, Cutelaria,  
Vestuário, Armas,  
Munições, Artigos Militares

Pescaria  
é diversão  
garantida!



PF: Av. Sete de Setembro, 680 - Centro (54) 3313-3699 ■ Marau: Bento Gonçalves, 1165 . Loja 03 (54) 3342-6162